

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM PESQUISAS (MPS E DIEESE)

RELATÓRIO: PRODUTO 9

Plano de Ação do Piloto da Construção

Contrato N° 06/2013 – MPS / DIEESE

NOVEMBRO DE 2013

BRASÍLIA DF

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

EXPEDIENTE DO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPS

GARIBALDI ALVES
Ministro da Previdência Social

LEONARDO JOSÉ ROLIM GUIMARÃES
Secretário de Políticas de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 7º Andar, Sala 723
Brasília, DF - CEP: 70059-900
Fone: (61) 2021-5236/5342
Fax: (61) 2021-5195/5045
e-mail: leonardo.rguimaraes@previdencia.gov.br

ROGÉRIO CONSTANZI NAGAMINE
Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social
Fone: (55 61) 2021-5236
Fax: (55 61) 2021-5195
e-mail: rogerio.costanzi@previdencia.gov.br

MPS – Ministério da Previdência Social
Esplanada dos Ministérios
Bloco F - CEP: 70059-900
Brasília - DF

Telefone: (61) 2021-5000
<http://www.previdencia.gov.br>

**EXPEDIENTE DO DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E
ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE**

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico
Patrícia Pelatieri – Coordenadora Executiva
Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira
Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação
José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais
Airton Santos – Coordenador de Atendimento Técnico Sindical
Angela Schwengber – Coordenadora de Estudos e Desenvolvimento

Coordenação Geral do Projeto

Rosane de Almeida Maia – Coordenadora Geral
Natali Machado Souza – Assistente Administrativo
Angela Maria Schwengber – Coordenadora técnica
Patrícia Lino Costa – Coordenadora técnica
Sirlei Márcia de Oliveira – Coordenadora técnica
Leonardo Cardoso dos Santos Escobar – Coordenador Técnico

**Equipe Executora
DIEESE**

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
Rua Aurora, 957 – Centro – São Paulo – SP – CEP 01209-001
Fone: (11) 3821 2199 – Fax: (11) 3821 2179 –
E-mail: institucional@dieese.org.br/ <http://www.dieese.org.br>

Sede do Projeto “Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social”
SCHN/CL 309, Bloco C, n. 54, sala 216, Asa Norte
Brasília - DF – Brasil - CEP: 70.755 - 530
Fone: (61) 3033 36 09 e (61) 3033 36 07
E-mail: rosanemaia@dieese.org.br

SUMÁRIO

1. DESCRIÇÃO DOS EVENTOS	05
2. RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES NA II OFICINA DE DIÁLOGO SOCIAL	06
3. PLANO DE AÇÃO ELABORADO PELOS ATORES SOCIAIS	07
ANEXO I:	16
ANEXO II: Listas de Presença e Fotos da Atividade	20

1. DESCRIÇÃO DOS EVENTOS

Tipo de atividade: II Oficina de Diálogo Social do Piloto da Construção
--

- **Nome:** II Oficina de Diálogo Social do Piloto da Construção
- **Local:** Grande Hotel da Barra (Rua Forte de São Diogo, 2, Porto da Barra, Salvador, Bahia.
- **Data:** 22 e 23 de outubro de 2013
- **Descrição das Atividades:** Oficina de diálogo social com os atores sociais (trabalhadores, empregadores e governos), com o objetivo de elaborar o plano de ações para o enfrentamento da informalidade no emprego doméstico brasileiro e estabelecer prioridades, responsáveis e prazos para a implantação das ações recomendadas.

2. RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES NA II OFICINA DE DIÁLOGO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO

NOME	ENTIDADE
1. Anderson Gusmão de Lima	SINTEPAV-BA
2. Antônio Bonifácio Santos	SITICCAN
3. Antônio Raimundo Silva Santos (Loteba)	SITICCAN
4. Augusto Borges	SINTEPAV-BA
5. Augusto Borges da Silva	SINTEPAV-BA
6. Carlos Alberto C. Vale	FETRACOM-BA
7. Celmo Assunção	FETRACON
8. Cláudio Guedes de Jesus	SITICCAN
9. Dinacy Barreto Della Cella	INSS
10. Domingos Filho	SINTEPAV-BA
11. Elder Brito	SINTEPAV-BA
12. Fernando S. de Almeida	SINTEPAV-BA
13. Filipe Quintela do Rosário	SINTEPAV-BA
14. Francisco dos Santos	SINTEPAV-BA
15. Gilson Bonfim	SINTEPAV-BA
16. Giomar Carvalho Soares	SINTEPAV-BA
17. Hélio da Silva Lino	SINTEPAV-BA
18. Higor Silva de Mattos	SINTEPAV-BA
19. Idailson Oliveira	SINTEPAV-BA
20. Igor de Amorim Gomes	SINICON
21. Jesel Oliveira de Souza	SINTICESB
22. João Bosco de Lima	SINTEPAV-BA
23. João Machado	FETRACOM
24. Joel Oliveira de Souza	SINTICESB
25. José Domingos Filho	SINTEPAV-BA
26. José dos Santos Rodrigues	SINTEPAV-BA
27. José Luiz Oliveira	SINTEPAV-BA
28. José Nivaldo Souza Lima	SINTRACOM e CTB
29. José Ribeiro Lima	SINTRACOM-BA
30. Juciara dos Santos	SINTEPAV-BA
31. Lavínia Maria de Moura Ferreira	DIEESE
32. Luis Vitor Costa	SINTEPAV-BA
33. Marcelo Caetano F. Santana	INSS
34. Márcia Berndt	Receita Federal
35. Maria Dorimar de A. Souza	Receita Federal
36. Natali Machado Souza	DIEESE
37. Neilton Ferreira dos Santos	SINTEPAV-BA
38. Nivaldo Querino Gomes Filho	SINTEPAV-BA
39. Paulo Roberto Santos	SINTEPAV-BA
40. Pedro Mader Coutinho	MPS
41. Robson Rodrigues da Silva	FUNDACENTRO/MTE
42. Rosane de Almeida Maia	DIEESE
43. Rosiel dos Santos	SINTEPAV-BA

44. Ruth Coelho Monteiro	Força Sindical
45. Sara Regina Conceição Santos	SINTEPAV-BA
46. Silvany Braga	FETRACOM-BA
47. Sonia Maria da F. da Silva	FETRACOM-BA

3. PLANO DE AÇÃO ELABORADO PELOS ATORES SOCIAIS

3.1 Contextualização

A informalidade é um grave problema no Brasil. Sua solução requer um esforço persistente de diferentes instituições, tanto do governo como da sociedade, voltado à formulação de ações e políticas consistentes e articuladas.

Visando uma intervenção social incidente sobre os marcos regulatórios, programas e políticas públicas e comportamentos na sociedade, o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) e o FUMIN/BID (Fundo Multilateral de Investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento) firmaram o Convênio ATN/ME-11684-BR para desenvolver o projeto “Redução da Informalidade de Micro, Pequenas e Médias Empresas por meio do Diálogo Social”. Desde 2009 passou-se, então, a mobilizar os atores sociais de cadeias produtivas e Arranjos Produtivos Locais nos seguintes setores e localidades do País:

- 1) Comércio, em Porto Alegre/RS;
- 2) Construção Civil, em Curitiba/PR;
- 3) Confecções, no Agreste de Pernambuco;
- 4) Setor Rural:
 - 4.1 – agronegócio, na cultura do tomate em Morrinhos/GO;
 - 4.2 – agricultura familiar, na cultura da cebola em Ituporanga/SC;
 - 4.3 – cooperativas da agroindústria com segurados especiais da Previdência Social, na cultura do caju no Ceará.

As informações dos respectivos projetos-pilotos (objetivos, ações realizadas, redes de atores e relatórios das oficinas de diálogo social e capacitação dos atores locais) encontram-se disponíveis na página do Dieese:

<http://www.dieese.org.br/informalidade/informalidade.xml>

Em 10 de agosto de 2011 foi criado o Grupo Interministerial pela Portaria nº 491, assinada por seis Ministérios, sob a coordenação do Ministério da Previdência Social – MPS - objetivando “acompanhar, discutir, analisar e avaliar as propostas do Projeto de Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social”, coordenado pelo Dieese. Desde de então o grupo composto por representantes dos órgãos do governo federal, dos atores sociais dos pilotos e outra organizações (ANFIP, SEBRAE, Contag) vêm discutindo tecnicamente e implementando as recomendações endereçadas ao governo federal a partir da realidade concreta das comunidades envolvidas.

(Ver <http://www.dieese.org.br/informalidade/portariaInterministerial.pdf>)

Em 11 de abril de 2013 foi celebrado, entre o Ministério da Previdência Social e o DIEESE, o Contrato N.º 06/2013 para a execução do projeto “***Estratégias para redução da informalidade no emprego doméstico, serviços de alimentação – bares e restaurantes e na construção civil***”.

Com o propósito de ampliação do trabalho formal e redução da informalidade e da desproteção previdenciária dos trabalhadores, foram incorporados os seguintes Pilotos:

- a) Emprego Doméstico;
- b) Construção, em Salvador/BA;
- c) Serviços de Alimentação: Bares e Restaurantes, em Natal/RN.

Objetivo Geral:

Definir estratégias para reduzir a informalidade nas localidades/setores de elevada incidência de informalidade por meio da criação de espaço de diálogo social com os atores sociais para a explicitação e negociação das demandas e para a articulação de redes permanentes de instituições públicas e da sociedade civil comprometidas com o processo de formalização de empregos, empreendimentos e empresas, visando à inserção produtiva com proteção social.

Objetivos Específicos:

- a) Construir espaço de diálogo social entre o poder público, empresários e trabalhadores para elaboração de diagnósticos e propostas para viabilizar a inclusão com proteção social.
- b) Identificar e negociar, por meio do diálogo social, as principais demandas para a formalização, nos setores de atividade selecionados.
- c) Construir planos de ação, destacando-se as responsabilidades e prazos de implantação das ações e políticas recomendadas.

3.2 Metodologia

A metodologia fundamenta-se no diálogo social com os atores sociais nas localidades/setores selecionados, o qual permite a construção participativa de diagnósticos a partir da visão dos envolvidos no processo e, ainda, a construção de alternativas de intervenção articuladas e sistematizadas em Planos de Ações.

Ressalte-se que as informações, os conhecimentos produzidos coletivamente e as estratégias desenhadas pelos atores sociais permitem a intervenção sobre os problemas que dificultam a inclusão social no mundo do trabalho sem garantias e proteção social.

3.2.1 Modelo de Intervenção:¹

Atualmente considera-se que a informalidade não pode ser explicada pela consideração de uma determinação específica. De fato, a informalidade é um fenômeno complexo, que contou com diversas interpretações apontando para preocupações próprias de cada momento histórico e dos embates dos interesses em disputa. Não se pode dissociar, portanto, a informalidade das estruturas econômicas e das condições históricas do desenvolvimento das sociedades e países. O importante é que, cada vez mais, a

¹ Baseado no Relatório de Balanço: 2010 – 2012 (DIEESE, 2012)
<http://www.dieese.org.br/projetos/informalidade/relatorioBalanco20102012.pdf>

informalidade é tida com um tema transversal especialmente para os países em desenvolvimento, onde a informalidade, em qualquer de suas múltiplas formas, pode atingir mais da metade da população ocupada.

A complexidade do tema e a crescente interação entre as atividades desenvolvidas pelo setor informal e os setores dinâmicos da economia vem propiciando uma maior relevância ao debate e à formulação de novas concepções e categorias de análise, voltadas para o desafio de incrementar a proteção social no âmbito do empreendedorismo autônomo e das atividades cooperativas, tanto como fomentar os ganhos de eficiência sistêmica decorrentes do combate à precarização do trabalho assalariado.

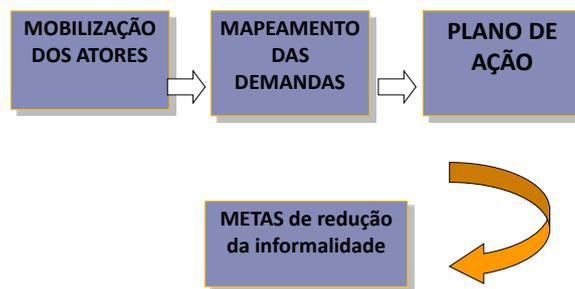
Almeja-se, portanto, enfrentar o problema da informalidade considerando-se que é um fenômeno de elevada complexidade que afeta a qualidade das ocupações nas diversas cadeias produtivas, impactando as comunidades menos favorecidas para as quais as políticas públicas nacionais tem tido pouca eficácia, dada a desarticulação com os entes federados e, sobretudo, as evidentes especificidades locais. Para se reconhecer as formas de existência do problema e propor coletivamente as recomendações de solução, o DIEESE desenvolveu o método para a criação do espaço de diálogo social com o objetivo de desencadear o processo de intervenção social nos projetos-piloto.

Assim, o processo pode ser reconhecido nos seus três momentos:

1. Mapeamento das demandas dos distintos atores sociais;
2. Implantação das recomendações de políticas (governos) e ações (sociedade civil) elaboradas no espaço de diálogo social estabelecido nas respectivas localidades; e
3. Análise, monitoramento, evolução e difusão de experiências.

O modelo de intervenção, propriamente dito, contempla as seguintes atividades:

- Mobilização dos atores sociais, por meio de visitas de sensibilização nas localidades selecionadas;
- Oficinas com os atores sociais para o mapeamento de demandas e necessidades em cada piloto;
- Elaboração de Plano de Ação, para ampliar a proteção social e intervir nas políticas públicas.



Nesse contexto são construídas coletivamente as recomendações para melhorar as condições de trabalho e produção e a qualidade de vida de um expressivo número de pessoas e comunidades, ampliando-se a proteção social e a legalização dos empreendimentos/empresas.

As características do modelo, que o diferenciam, de outros podem ser assim resumidas:

1. O diálogo social permite dar visibilidade aos trabalhadores e às formas de sua organização (daqueles que “vivem do trabalho”) e experimentar formas de articulação das políticas e das ações;
2. Nas localidades selecionadas há instituições atuantes, tanto como a institucionalidade necessária para o estabelecimento de compromissos e responsabilidades;
3. Os governos (autoridades constituídas) podem ser acessados.

Note-se que a intervenção social requer a utilização dos recursos (políticos/econômicos/locais/nacionais etc.) para uma mobilização que conduza a um maior nível de organização da sociedade para que acesse o estado em prol da conquista e/ou ampliação de direitos (proteção social) que, por sua vez, viabilize a atividade produtiva e a qualidade de vida dos cidadãos.



Os limites dessa estratégia específica são apontados pela forma de organização da produção nos Arranjos Produtivos Locais e também pela própria dinâmica e estrutura dos mercados nas cadeias produtivas que são objeto do modelo de intervenção.

Para se criar o espaço de Diálogo Social e constituir uma rede de atores articulados, é necessário:

1. Mobilizar os atores sociais;
2. Realizar uma reflexão coletiva sobre a história do fenômeno, considerando-se o setor de atividade/ramo específico;
3. Promover uma experiência exitosa de levantamento de problemas e recomendação de soluções;
4. Incentivar a divulgação e ressaltar o efeito demonstração sobre outros atores ("os pilotos são únicos, mas podem ser replicados").

3.2.2. Mediação

O DIEESE assume um papel essencial enquanto **entidade mediadora** entre o que é estabelecido no “plano de ação” por meio do diálogo social e a viabilização desse plano - momento culminante do processo de intervenção social transformador da realidade.²

Ressalte-se ainda que o DIEESE propicia o estabelecimento do espaço/arena de negociação (diálogo social), à medida que:

1. É uma instituição única (abarca todas as correntes do movimento sindical brasileiro);
2. Possui capacidade técnica para resolver questões e
3. Possui credibilidade frente a todos os atores sociais.

² O DIEESE possui uma vasta experiência em atividades de formação de dirigentes sindicais e de participação em espaços de negociação. A proposta metodológica e o modelo de intervenção foram elaborados com base na larga experiência de formação de dirigentes e assessores sindicais do DIEESE e estruturados a partir dos seguintes elementos (DIEESE, 2006): 1) Democracia e participação social; 2) Diálogo social; 3) Planejamento; 4) Concepção de educação. O primeiro pressuposto da metodologia, ou seja, a (1) *Democracia e participação social* considera a importância da ampliação da participação social no regime democrático. A consolidação do processo de democratização da sociedade brasileira propiciou a ampliação da participação dos diversos atores e movimentos sociais em espaços variados de discussão e negociação de políticas públicas.

O segundo, (2) *Diálogo Social*, apresenta a prática do diálogo entre os atores sociais como um importante instrumento de participação. Ressalte-se que o diálogo social é definido pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) como todos os tipos de negociação, consulta ou simples troca de informações entre representantes dos governos, empregadores e trabalhadores em questões relevantes para a política econômica e social.

O terceiro elemento da metodologia trata-se do (3) *Planejamento Estratégico Situacional – PES*. Desenvolvido por Carlos Matus (1989, 1996), esse planejamento pode ser apontado como alternativa às formas convencionais em que o estado se apresenta como único protagonista no ato de planejar. Considera-se, portanto, que o processo de planejamento cria um espaço para a participação dos diferentes atores sociais, tratando-se a realidade como algo complexo e incerto, que permite diferentes leituras dos processos sociais pelos distintos atores. A prática do *Planejamento Estratégico Situacional* ocorre através do processamento dos problemas e é realizada em quatro momentos: explicativo; normativo; estratégico e tático-operacional. Esses momentos são consequência da visão dinâmica do processo de planejamento e se caracterizam pela permanente interação entre eles e pela necessidade constante de retomada de qualquer um deles sempre que a mudança de situação assim o exigir.

Por último, a (4) *concepção de educação* adotada nesta metodologia sustenta-se numa abordagem sociohistórica, que “(...) considera a aquisição do conhecimento como um processo em que a interação dos participantes com o conhecimento que deseja obter não é solitária, mas sim, social; não é direta, mas mediada”. As atividades desenvolvidas a partir dessa concepção buscam propiciar o diálogo entre os conhecimentos produzidos pelos participantes ao longo da vida (ou seja, seu repertório) e o conhecimento acumulado, socialmente produzido. Na interação desses conhecimentos, mediados pelo conhecimento também trazido pelo formador, produz-se um novo conhecimento, transforma-se, ao mesmo tempo, o aprendiz, o formador e o próprio objeto do conhecimento – por que o olhar do sujeito o transforma. (DIEESE- Formação dos Conselheiros dos CETEPS: caderno do formador. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Salvador: DIEESE, 2012)

Em síntese, a metodologia baseia-se na ênfase ao processo de mobilização para formar sujeitos que conquistam direitos e proteção social e transformam a realidade em que vivem.

3.3 PLANO DE AÇÃO DO PILOTO DA CONSTRUÇÃO, ELABORADO NA II OFICINA DE DIÁLOGO SOCIAL

AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
<ul style="list-style-type: none"> ✚ Criação do Comitê de execução do plano de combate à informalidade: <ul style="list-style-type: none"> ○ Primeira reunião: convocatória feita pelo DIEESE; ○ Realizar campanhas conjuntas de combate à informalidade; ○ Criação de uma comissão tripartite; ○ Discussão sobre os critérios de licitação. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Centrais sindicais junto às entidades sindicais. ❖ Parceiros: MPS, MTE, MPT, representação patronal, RFB, TRT, CREA, SEBRAE, FUNDACENTRO, TCU, SETRE, etc. 	<p>19 de novembro, na FUNDACENTRO às 9h00.</p>
<ul style="list-style-type: none"> ✚ Fiscalização: <ul style="list-style-type: none"> ○ Contratação de auditores fiscais; ○ Visitas de sensibilização presencial aos gestores da RFB (delegacia de SSA), SRTE, MPT, GER INSS, CREA, TCU. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Sub-comitê. 	<p>Agenda construída na reunião do Comitê</p>
<ul style="list-style-type: none"> ✚ Campanha de informação previdenciária: <ul style="list-style-type: none"> ○ Representante do MPS enviará a lista das regionais do INSS para o DIEESE divulgar; ○ Capacitação para dirigentes em Juazeiro, Salvador e Itabuna. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Centrais Sindicais, ❖ DIEESE, 	<p>5 e 6 de dezembro de 2013</p>
<ul style="list-style-type: none"> ✚ Preparar subsídios para levar ao Comitê: <ul style="list-style-type: none"> ○ Lei 11.780/2008; ○ Propor modificações da lei de contrapartidas para desoneração. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ FETRACOM, ❖ SINTEPAV, ❖ SITICCAN 	<p>Até a reunião do Comitê</p>

ANEXO I: PLANO DE AÇÃO DO GRUPO 1

O QUE?	COMO?	QUEM?	QUANDO?
1- LICITAÇÕES	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Incluir na precificação a previsão com itens de seguridade, saúde e segurança e proteção ambiental (CCT). 	A definir no Comitê	2014
2- NORMAS	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Reforma Tributária; ❖ Aperfeiçoar as normas existentes e exigir cumprimento das normas por todos. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Governos ❖ Empresas ❖ Trabalhadores 	Permanente
3- CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Contratar empresas com condições de cumprir as obrigações e responsabilidades da contratante. 	A definir no Comitê	2014
4- CAMPANHA DE INFORMAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Realizar campanhas publicitárias para educar e conscientizar sobre a formalidade. 	A definir no Comitê	2014
5- CONSCIENTIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Realizar campanhas de conscientização sobre as obrigações previdenciárias, tanto do trabalhador como dos empresários. ❖ Conscientizar os trabalhadores informais sobre as vantagens de ser segurado da Previdência Social e outros direitos (explicar sobre os prejuízos relativos às férias, FGTS, aposentadoria, etc). 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Centrais Sindicais ❖ Sindicatos ❖ Outras Entidades ❖ Outras Organizações 	Permanente
6- REVISÃO DA LISTA DE OCUPAÇÕES - MEI	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Revisão da lista de enquadramento de todo microempreendedor individual. 	A definir no Comitê	2014

O QUE?	COMO?	QUEM?	QUANDO?
7- LEI 11718/2008	<ul style="list-style-type: none">❖ Simplificar formas de recolhimento das contribuições.❖ Estender a Lei 11.718 para a Construção Civil.	A definir no Comitê	2014
8- FISCALIZAÇÃO:	<ul style="list-style-type: none">❖ Abrir concurso público para auditores fiscais para a Receita, Previdência e Ministério do Trabalho.❖ Aumentar a fiscalização de obras locais por parte da Prefeitura.	A definir no Comitê	2014
9- AÇÕES E COBRANÇAS	<ul style="list-style-type: none">❖ INSS tem que cobrar os devedores.	A definir no Comitê	2014
10- CERTIDÃO NEGATIVA	<ul style="list-style-type: none">❖ Exigir Certidão Negativa para a liberação de obra.❖ Acompanhamento, por parte dos Sindicatos, do recolhimento do FGTS e INSS.	A definir no Comitê	2014
11- INSTRUÇÃO NORMATIVA 971/401	<ul style="list-style-type: none">❖ Cumprir IN 971, que exige retenção do percentual das verbas;❖ Cumprir IN 401, que disciplina em CCT as formas de subcontratação de terceirizados.	A definir no Comitê	2014
12- DISCIPLINAR EM CCT (Contrato Coletivo de Trabalho) AS FORMAS DE SUBCONTRATAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">❖ Incluir nos CCT cláusulas sobre as subcontratações.	A definir no Comitê	2014
13- FISCALIZAÇÃO NA ABERTURA DE EMPRESA	<ul style="list-style-type: none">❖ Aumentar a fiscalização na abertura de empresa e concessão de CNPJ.	A definir no Comitê	2014

O QUE?	COMO?	QUEM?	QUANDO?
14- MELHORAR A FORMA DE EMISSÃO DA CND (Certidão Negativa de Débito)	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Prever multa pesada para a empresa contratante; ❖ Melhorar a forma de emissão da CND, observando o início da obra, número de trabalhadores, e a identificação dos trabalhadores; ❖ Definir exigência das empresas contratantes em relação ao cumprimento dos direitos e obrigações sociais de seus contratados, de acordo com a Lei (p. ex. não ultrapassar 30% de mão de obra terceirizada). 	A definir no Comitê	2014
15- INFORMAÇÃO PARA OS DIRIGENTES	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Criação de banco de dados dos trabalhadores pelo Sindicato. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sindicatos dos trabalhadores 	Médio Prazo
16- CRIAR COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Aumentar as informações sobre os direitos trabalhistas; ❖ Buscar mais informações sobre as obras iniciadas e fiscalizá-las; ❖ Buscar as ouvidorias dos órgãos e formalizar as denúncias; ❖ Criar um Comissão Permanente para fiscalizar e altuar; ❖ Obrigar o fornecimento de lista nominal de trabalhadores e subcontratadas para os Sindicatos; ❖ Implantar a “Declaração Certificadora do Sindicato” atestando o quantitativo de trabalhadores de cada obra; ❖ Cruzar as informações do INSS e dos Sindicatos sobre os recolhimentos à Previdência; 	<ul style="list-style-type: none"> • SINTEPAV • SINICON • SINDUSCON • SINTRACOM • FETRACON • MPT • DIEESE 	2014

PLANO DE AÇÃO DO GRUPO 2

O QUE?	COMO?	QUEM?	QUANDO?
1. Criar COMITÊ	<ul style="list-style-type: none">Realizar a primeira reunião do Comitê na segunda quinzena de Novembro/2013	Centrais Sindicais e DIEESE Parceiros Prioritários: MTE/SRTE; MPT; TRT; CREA; FUNDACENTRO; MPS/INSS; RFB; Representações Patronais; SEBRAE	2013-2014
2. Propor reformulação da Lei de Desoneração, condicionando uma contrapartida de contratação de 30% a mais de seu efetivo para se beneficiar da Lei.	<ul style="list-style-type: none">A definir no Comitê	A definir no Comitê	2013-2004
3. Propor reformulação da Lei de criação de empresas sem capital de giro e sem responsabilidade social	<ul style="list-style-type: none">A definir no Comitê	A definir no Comitê	2013-2014

ANEXO II: Listas de Presença e Fotos da Atividade

Projeto "Estratégias para Redução da Informalidade no Emprego Doméstico, Serviços de Alimentação – Bares e Restaurantes e na Construção Civil" – Contrato nº 06/2013

II Oficina de Diálogo Social do Piloto da Construção

Local: Salvador/BA

Horário: 09h00 às 18h00

LISTA DE PRESENÇA		DATA: 22/10/2013		
NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA
1 JOEL OLIVEIRA DE SOUZA	SINTICESB	73 9939 3732	SINTICESBPS@HOTMAIL.COM	
2 JOSÉ NIVALDO SOUZA LIMA	SINTICOM CFB	71 3496 6238	ntincom.ba@bol.com.br	
3 VIVIAN CARVALHO DA SILVA	FUNDAÇÃO TRAJANTE	71 9127 6350	vivian.silva@fundosocial.org.br	
4 JOSÉ DOS SANTOS RODRIGUES	SINTEPAV	71 9915 7607	ZEBRARO@LIVE.COM	
5 HELIO DA SILVA LINDO	SINTEPAV	71 9938 5852	HELIO@SINTEPAV.ORG.BR	
6 NEILTON FERREIRA NETO	SANTA PAULA	71-99171961	NEILTONFERREIRANETO@HOTMAIL.COM	
7 DOMINGOS FILHO	SINTEPAV	(71) 9925 3386	DOMINGOSFILHO@HOTMAIL.COM.BR	
8 GILMAR LARVALHO SOARES	SINTEPAV	(71) 9939 2902	GILMAR.SINTEPAV@HOTMAIL.COM	
9 NIVALDO AUGRINO CORREIA FILHO	SINTEPAV	74-9991-6939	NIVALDO.FILHO@HOTMAIL.COM	
10 AUGUSTO BORGES	SINTEPAV	71 8635 2624	AUGUSTO@SINTEPAV.ORG.BR	
11 ELDER BRITO	SINTEPAV	9621-1568		
12 FERNANDO ALMEIDA	SINTEPAV			
13 MARCIA C. FERREIRA	INSS/CA	3319-4602	marcia.ferreira@INSS.gov.br	
14 Maria Domiana de A. Souza	Receita Federal	(71) 94510474	domiansouza@yahoo.com.br	
15 Marcia Bernat	Receita Federal	(71) 3416-1783	MARCIA.BERNAT@VOL.COM.BR	

8 807-0 425

Projeto "Estratégias para Redução da Informalidade no Emprego Doméstico, Serviços de Alimentação – Bares e Restaurantes e na Construção Civil" – Contrato nº 06/2013

II Oficina de Diálogo Social do Piloto da Construção

Local: Salvador/BA

Horário: 09h00 às 18h00

LISTA DE PRESENÇA		DATA: 22/10/2013			
	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA
16	JOSÉ LUIZ OLIVEIRA	SINTEPAV	35077177	oliveira-55@hotmail.com	[Assinatura]
17	IGOR DE ANDRIM GOMES	SIMCON	3392 0094	igor@simcon-org.br	[Assinatura]
18	HELGE SILVA DE MATOS	SINTEPAV	(71) 9924-2549	HELGE_SMATOS@hotmail.com	[Assinatura]
19	Pedro Mides G. Cortinho	MPS	61 2021-5342	pedro.cortinho@previdencia.gov.br	[Assinatura]
20	NATACI MACHADO SILVA	DIEESE	61 9312-1808	nataci@diese.org.br	[Assinatura]
21	Paulo DOBROSO SANTOS	SINTEPAV	71-9912-0864	PauloDOBROSO-SANTOS@hotmail.com	[Assinatura]
22	José Basco de Lima	SINTEPAV	71-9943-2023	Basco-P2@hotmail.com	[Assinatura]
23	RUTH COELHO MONTEIRO	FORÇA SINDICAL	13-981816148	ruthcoelho@igmail.com	[Assinatura]
24	ANDERSON GUSMÃO BELCHINI	SINTEPAV	7199015279	ANDERS-UG@SINTEPAV-ORG.BR	[Assinatura]
25	SARA REGINA CONCEIÇÃO SANTOS	SINTEPAV	719915-6454	SARAMOBY@YAHOO.COM.BR	[Assinatura]
26	Flávia Quintela do Rosário	SINTEPAV	71-8749-6627	FlavieRosario@hotmail.com	[Assinatura]
27	Sônia Maria F. dos S.	Fletracom	13-8-Sônia	ldalva@hotmail.com	[Assinatura]
28	Francisco José dos Santos	SINTEPAV	96362345	FS-Rosario@hotmail.com	[Assinatura]
29	Wilson Costa Jr	SINTEPAV	99137013	WILSON.COSTA42@YAHOO.COM	[Assinatura]
30	Geison Souza	SINTEPAV	9637-7026	GEISON@SINTEPAV-ORG.BR	[Assinatura]

Projeto "Estratégias para Redução da Informalidade no Emprego Doméstico, Serviços de Alimentação – Bares e Restaurantes e na Construção Civil" – Contrato nº 06/2013

II Oficina de Diálogo Social do Piloto da Construção

Local: Salvador/BA

Horário: 09h00 às 18h00

LISTA DE PRESENÇA				DATA: 22/10/2013	
	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA
31	SILVANY BRAGA DE LIMA	FETRA/COM		Silvany.BT@IBEST.COM.BR	[Assinatura]
32	João Walberto	FETRA/COM		joao@fetra.com.br	[Assinatura]
33	Carla Alberta C. V. de S. P.	SINTICOSP	33213909	carla@vde.com	[Assinatura]
34	Regiane dos Santos Paes	SINTEPAV	87021070		[Assinatura]
35	Antônio Bonumelo Silva Souto	SITICCAN	7119106-8896	LOTEBA@HOTMAIL.COM	[Assinatura]
36	Juliano Paes	FETRA/COM	7133213909		[Assinatura]
37	Deborah Oliveira	Sintecompa	71-34966227	deboraholiveira59@hotmail.com	[Assinatura]
38	IRAILSON WARRNEALX	SINTEPAV	7199157406	IRAILSON.OLIVEIRA@IG.COM.BR	[Assinatura]
39	LAVINIA H. HOURA FERREIRA	DIEESE	33297852	LAVINIA@DIEESE.ORG.BR	[Assinatura]
40					
41					
42					
43					
44					
45					

Projeto "Estratégias para Redução da Informalidade no Emprego Doméstico, Serviços de Alimentação – Bares e Restaurantes e na Construção Civil" – Contrato nº 06/2013

II Oficina de Diálogo Social do Piloto da Construção

Local: Salvador/BA

Horário: 09h00 às 18h00

LISTA DE PRESENÇA					DATA: 23/10/2013
	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA
1	José dos Santos Rodrigues	SINTEPAV	7199157607	zebrano@live.com	
2	Paulo Roberto Santos	SINTEPAV	7199129864	PauloRobertoS@Hotmail.com	
3	William Ferreira dos Santos	SINTEPAV	7199111961	WILLIAMFERREIRASANTOS@HOTMAIL.COM	
4	Adão Bosco de Lima	SINTEPAV	7199432027	BOCCO_PA@HOTMAIL.COM	
5	Anderson Cassiano de Lima	SINTEPAV	7199073279	ANDERSON@SINTEPAV-ORG.BR	
6	GIOMAR CARVALHO SOARES	SINTEPAV	7199382902	GILMAR.SINTEPAV@HOTMAIL.COM	
7	FERNANDO S. DE AZEVEDO	SINTEPAV			Fernando S. Almeida
8	Filipe Quintana do Rosário	SINTEPAV	7187486674	feliperosario@hotmail.com	
9	SARA REGINA CONCEIÇÃO SANTOS	SINTEPAV	7199156454	SARAMOBY@YAHOO.COM.BR	Sara Regina
10	Rosiel dos Santos Lima	SINTEPAV	8701-1080	ROSIEL SANTOS.COM	
11	João Marchado	FETRA/COM	84674183	joao	
12	ELDER BRITO	SINTEPAV	9621-1568	ELDER@SINTEPAV.ORG.BR	
13	NIVALDO GUERINO GOMES	SINTEPAV	719916339	NIVALDO.FUNDO@HOTMAIL.COM	
14	DINACY BARRETO DELLA CELLA	INSS	88424883	dinacy.cella@inss.gov.br	
15	RODOLFO HORA	DIEESE			

Projeto "Estratégias para Redução da Informalidade no Emprego Doméstico, Serviços de Alimentação – Bares e Restaurantes e na Construção Civil" – Contrato nº 06/2013

II Oficina de Diálogo Social do Piloto da Construção

Local: Salvador/BA

Horário: 09h00 às 18h00

LISTA DE PRESENÇA		DATA: 23/10/2013			
	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA
16	RUTH COELHO MONTEIRO	FORÇA SINDICAL	(13) 381816148	ruthcmonteiro@gmail.com	
17	GILSON BONFIM	SINTEPAV	71. 9637-3876	gilson@sinTEPAV.org.br	
18	NATALI MACHADO SOUZA	DIEESE	61 9312-1808	natali@dieese.org.br	
19	MARCIA BERNDT	RECEITA FISCAL	71-8807-0725	marcia.berndt@UOL.COM.BR	
20	JOSE DOMINGOS FILHO	SINTEPAV	(71) 99853384	domingosfilho@HOTMAIL.COM.BR	
21	Sônia Maria de Sá	SINTEPAV	91774784	sonia@sinTEPAV.org.br	
22	Silvany Braga de Jesus	FOTACOM	73 04 02165	Silvany31@Hotmail.com.br	
23	JOSEL OLIVEIRA DE SOUZA	SINTICESB	73.32911667	SINTICESBPS@HOTMAIL.COM	
24	Walter Roberto Cavalcante	FOTACOM	71 33213909	walter@fotacom.org.br	
25	Augusto Borges da Silva	SINTEPAV	73 96 352624		
26	Roberto José M. FOTACOM	SINTICOM	73 21 3909	roberto@fotacom.org.br	
27	Edson Mides G. Coutinho	Min. Previdência	61-2021-5342	edson.coutinho@previdencia.gov.br	
28	Francoise de S. Santana	SINTEPAV	91367745	francoise@sinTEPAV.org.br	
29	ALVAR SILVA DE MATEOS	SINTEPAV	(71) 99842549	alvar@sinTEPAV.org.br	
30	HELIO DASILVA LINO	II	(71) 99385852	helio@sinTEPAV.org.br	

Projeto "Estratégias para Redução da Informalidade no Emprego Doméstico, Serviços de Alimentação – Bares e Restaurantes e na Construção Civil" – Contrato nº 06/2013

II Oficina de Diálogo Social do Piloto da Construção

Local: Salvador/BA Horário: 09h00 às 18h00

		LISTA DE PRESENÇA			DATA: 23/10/2013
	NOME	INSTITUIÇÃO	FONE	E-MAIL	ASSINATURA
31	Yanis Donizete de A. Souza	Recub Total	(71) 99510471	donisouza@yahoo.com.br	
32	Antônio Benedito de S. Silva	SITICCAN	71 3114.6521	Benel2007@ig.com.br	
33	CLAUDIO GUEDES DE JESUS	SITICCAN	91720237	CLAUDIOJESUS2006@B.com.br	
34					
35					
36					
37					
38					
39					
40					
41					
42					
43					
44					
45					

Fotos da II Oficina de Diálogo Social do Piloto da Construção

Local: Grande Hotel da Barra (Rua Forte de São Diogo, 2, Salvador, Bahia)

Data: 22 e 23 de outubro de 2013



